

DIREITO CIVIL

01. Leia as afirmações abaixo:

- I. *Vacatio legis* significa o período de tempo que vai da publicação da lei à sua entrada em vigor.
- II. A lei nova que estabelecer disposição geral a par das leis especiais, revoga estas últimas.
- III. Haverá revogação tácita da lei anterior quando a lei nova regular inteiramente a matéria de que aquela tratava.
- IV. Somente haverá revogação tácita da lei anterior quando a lei nova for com aquela incompatível.

Estão corretas, apenas,

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

02. Desaparecendo alguém em uma catástrofe, provada sua presença no local do acidente e não sendo encontrado o cadáver para exame,

- (A) será declarado morto à vista de simples Boletim de Ocorrência Policial.
- (B) somente será considerado morto vinte anos depois de passada em julgado a sentença de abertura da sucessão provisória.
- (C) se o ausente contar setenta anos de idade e houverem decorrido cinco anos de suas últimas notícias, será declarado morto.
- (D) poderão os Juízes togados, mediante justificação, determinar a lavratura do assento de óbito.
- (E) será declarado morto apenas depois de contar oitenta anos de idade e haverem decorrido cinco anos de suas últimas notícias.

03. Sub-roga-se nos direitos do credor:

- (A) o terceiro não interessado que pagar a dívida.
- (B) o terceiro interessado que pagar a dívida.
- (C) somente o terceiro não interessado que demonstrar vantagem auferida pelo devedor com o pagamento da dívida.
- (D) o que pagar dívida prescrita.
- (E) o que solver obrigação natural.

04. É forma originária de aquisição da propriedade imóvel:

- (A) a tradição.
- (B) o registro imobiliário.
- (C) o usucapião.
- (D) a escritura pública de venda e compra ou de doação.
- (E) a troca de bens com valores equivalentes.

05. O curso do prazo prescricional suspende-se

- (A) com a citação válida, ainda que ordenada por Juiz incompetente.
- (B) pelo protesto cambial ou judicial.
- (C) pendendo condição suspensiva ou ação de evicção.
- (D) pela superveniência de incapacidade absoluta ou relativa do devedor.
- (E) pela apresentação do título de crédito em concurso de credores.

DIREITO COMERCIAL

06. Estabelecimento comercial é figura jurídica do direito comercial, relacionada à organização necessária do empresário, para viabilização de seu negócio mercantil. Sob esse prisma, estabelecimento comercial é

- (A) a sede da empresa ou seu principal estabelecimento, tal como considerada no art. 7º da lei falitária.
- (B) o local, dotado de equipamentos de produção, se se tratar de empresa produtora, ou local em que se encontra o equipamento de prestação de serviços, no caso de empresa de serviços.
- (C) o complexo de bens materiais e de bens imateriais (p. ex. marca de indústria ou direito à renovatória), em razão da atividade escolhida.
- (D) o prédio no qual o comerciante instala todos os equipamentos necessários e organizados para o fim do negócio mercantil.
- (E) todo o conjunto que figura no quadro do ativo da empresa mercantil.

- 07.** No direito cambiário, o pagamento de um título de crédito produz vários efeitos, dependendo de quem o efetua. Em assim sendo,
- (A) se feito pelo aceitante, tem-se o efeito da desoneração de todos os coobrigados.
 - (B) se feito pelo avalista do aceitante, ocorre o efeito de desoneração tão somente em relação ao próprio aceitante.
 - (C) se feito pelo sacador e avalistas, o efeito é de desoneração dos coobrigados anteriores.
 - (D) se feito pelos endossantes, permanece o direito regressivo contra os endossatários e contra os coobrigados posteriores.
 - (E) se feito pelo endossatário, o efeito é de desoneração do endossante.
-
- 08.** Na falência do comerciante "X", o síndico toma conhecimento de que, trinta dias anteriores à data do protesto que motivou o requerimento da falência, o então administrador da sociedade comerciante, em benefício da empresa e por meio de acordo, entrega um veículo da empresa, de valor 10, para quitação de uma dívida de valor 15. O credor, fornecedor, aceita e dá quitação plena e geral quanto à duplicata de valor 15. O ato, naquele momento, revestiu-se de licitude, sem o vício de nulidade ou anulabilidade. Em face do ocorrido,
- (A) o síndico não poderá tomar qualquer providência, contra o ato, porque não estão presentes os requisitos da nulidade ou da anulabilidade do ato jurídico.
 - (B) o síndico deverá promover ação revocatória, sob o fundamento jurídico de ineficácia do ato, tendo em conta o prejuízo da *pars conditio creditorum* (princípio da igualdade de tratamento dos credores), sem necessidade de fazer qualquer prova a respeito da nulidade, anulabilidade ou fraude.
 - (C) o acordo revestiu-se de licitude e não produz qualquer efeito em relação à falência, porque foi ato anterior à quebra e a sentença de falência somente produz efeitos em relação a atos posteriores à prolação.
 - (D) o veículo, que foi entregue em pagamento da dívida, deverá ser objeto de busca e apreensão, porque o acordo é contrato e a sentença de falência produz efeitos relativamente aos contratos.
 - (E) o síndico deverá discutir a matéria em ação ordinária, promovida pela massa, contra o ex-administrador da sociedade falida e o terceiro que com o mesmo ex-administrador fez o acordo.
-
- 09.** O aval é forma específica de garantia cambial. Pelo aval, o avalista obriga-se pelo pagamento do título, nas mesmas condições do avalizado. Para a validade cambial do aval,
- (A) há necessidade de outorga uxória da mulher do avalista, se se cuidar de pessoa casada, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade plena do avalizado.
 - (B) o avalista deve assinar o título, no campo próprio e, concomitantemente, o contrato representativo do negócio subjacente, especialmente se se cuidar de contrato de mútuo financeiro.
 - (C) deve o avalista, expressamente, renunciar o benefício de ordem, a fim de que, no caso de execução, promovida pelo credor financeiro, não seja obrigado, este, a seguir o princípio da responsabilidade subsidiária, prevista no art. 350 do Código Comercial.
 - (D) o ato deve ser realizado antes do vencimento do título, mediante assinatura do avalista, lançada na face do título, para que não se confunda com o endosso que é lançado no verso do título.
 - (E) o avalista deve participar do negócio subjacente e lançar sua assinatura abaixo da assinatura do avalizado, utilizando-se ou não da expressão "por aval".
-
- 10.** No pedido de falência, sob o fundamento do art. 1º da lei falitária, ao ser formulado pedido, deve-se requerer:
- (A) citação do devedor, para pagar o débito do título ou apresentar defesa. No caso de pagamento, o valor deverá ser corrigido monetariamente e sofrer incidência de juros mais a verba honorária, fixada pelo juízo, conforme orientação sumulada no Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) citação do devedor, para efetuar o depósito elisivo, com a finalidade de demonstrar que não se encontra em estado de insolvência.
 - (C) citação do devedor, para apresentar defesa que possa afastar as hipóteses previstas no item I, do art. 2º da lei falitária, elidindo, assim, a falência.
 - (D) citação do devedor, para apresentar defesa quanto ao valor reclamado no título e, se quiser, efetuar o depósito elisivo, na forma da Súmula 29 do Superior Tribunal de Justiça, afastando-se, nesse caso, a possibilidade da quebra, sem prejuízo da procedência da ação.
 - (E) citação do devedor para apresentar os embargos previstos no art. 12, parágrafo 1º da lei de falência.

11. Determinado Banco recebe, de um cliente, por meio de endosso mandato, um lote de duplicatas, para cobrança e encaminhamento para protesto, se necessário. Um dos títulos não é pago no vencimento, apesar do encaminhamento do boleto bancário, e o Banco o encaminha para protesto. Assinale a alternativa que indica o procedimento correto, tendo em conta a providência adotada pelo Banco.

- (A) O Banco poderá ser demandado pelo devedor, em ação cautelar de sustação de protesto e conseqüente ação principal na qual o Banco poderá ser compelido a demonstrar a liquidez, certeza e exigibilidade da duplicata.
- (B) Imediatamente após o protesto, o Banco deverá ingressar com requerimento de falência, uma vez que será possível o devedor efetuar o depósito elisivo, relativamente ao valor do título.
- (C) Os poderes do Banco estão limitados pelo endosso mandato, este outorgado pelo cliente, e restringem-se aos serviços de cobrança extrajudicial.
- (D) O Banco somente poderá ser demandado na condição de litisconsorte, razão por que, se acionado deverá fazer denunciação da lide, relativamente ao cliente que lhe endossou os títulos.
- (E) O endosso mandato é de natureza translativa e confere poderes plenos para o Banco cobrar, agir judicialmente, encaminhar o título ao protesto e requerer a falência do devedor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

12. Quanto à ação rescisória, pode-se afirmar que

- (A) o prazo para a sua propositura é decadencial de 2 (dois) anos, contados da prolação da sentença.
- (B) o levantamento do depósito de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, a título de multa, não deve ser deferido à parte ré, ainda que vencedora em ação rescisória julgada improcedente por unanimidade, pois dependerá da verificação de prejuízo concreto.
- (C) documento novo, para a sua propositura, é qualquer documento constituído após a sentença rescindenda.
- (D) se o acórdão fixar a indenização por dano moral em valores exorbitantes, desprezando a solução aceita na sentença, que determinara a apuração do valor do dano moral em liquidação de sentença por arbitramento, não há que se falar em violar literal disposição de lei, conforme preconizado pelo Código de Processo Civil.
- (E) proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de decadência.

13. *A* move ação reivindicatória contra *B*. No curso da ação, *B* cede seus direitos possessórios para *C*, que comunica a *A* a cessão de direitos e requer o seu ingresso no processo, para figurar no pólo passivo substituindo *B*. *A* não consente com a substituição. Nesta hipótese, *C* poderá intervir no processo como

- (A) opoente.
- (B) oposto.
- (C) assistente simples.
- (D) assistente litisconsorcial.
- (E) denunciado.

14. Quanto aos recursos, pode-se afirmar que

- (A) são sempre recebidos no seu duplo efeito.
- (B) havendo sucumbência recíproca, aquele que deixou de recorrer poderá fazê-lo adesivamente, independentemente do recurso que tenha sido interposto pela outra parte.
- (C) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- (D) o prazo para sua interposição ou resposta será sempre de 15 (quinze) dias.
- (E) o recorrente pode, a qualquer tempo, sem a anuência dos litisconsortes ou do recorrido, desistir do recurso.

15. No processo de execução, a penhora

- (A) torna nulos os atos de disposição dos bens penhorados em relação ao credor penhorante.
- (B) torna ineficazes os atos de disposição dos bens penhorados em relação ao credor penhorante.
- (C) torna anuláveis os atos de disposição dos bens penhorados em relação ao credor penhorante.
- (D) destitui o devedor da posse indireta do bem.
- (E) gera para o credor o direito real sobre os bens constri-tos do devedor.

16. Na ação de busca e apreensão de bem móvel alienado fiduciariamente é correto afirmar que

- (A) o devedor poderá requerer a purgação de mora se tiver pago 30% (trinta por cento) do preço financiado.
- (B) o devedor poderá contestar a ação no prazo de 03 (três) dias após a execução da liminar de busca e apreensão, sendo que a matéria de sua defesa será ir-restrita.
- (C) a apelação será recebida apenas no efeito devolutivo.
- (D) a sentença que julgar procedente a ação impedirá a venda extrajudicial do bem.
- (E) a busca e apreensão não poderá ser concedida limi-narmente ainda que comprovado o inadimplemento do devedor.

17. Os embargos à execução

- (A) possuem a natureza de uma ação incidente, visando a desconstituição ou a declaração de nulidade ou inex-istência de um título executivo judicial ou extrajudi-cial e são o meio de defesa do executado.
- (B) podem ser interpostos por terceiros quando pleitea-rem a exclusão de sua responsabilidade ou a não su-jeição de seus bens na execução.
- (C) serão julgados única e exclusivamente pelo juízo de-precante, não obstante versarem unicamente sobre ví-cios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.
- (D) devem ser interpostos no prazo de dez dias, qualquer que seja a modalidade da execução.
- (E) devem ser interpostos a partir da citação do executa-do, qualquer que seja a modalidade de execução.

DIREITO DO TRABALHO

18. É proibido qualquer trabalho a menores de

- (A) 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos.
- (B) 18 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- (C) 15 anos de idade, salvo como contínuo, a partir de 13 anos.
- (D) 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- (E) 16 anos de idade, salvo na condição de estagiário, a partir de 12 anos.

19. Com relação aos dissídios individuais do trabalho, é cor-reto afirmar que

- (A) a testemunha que for parente até o 3º grau, amigo ou inimigo das partes, prestará compromisso.
- (B) é facultado ao INSS interpor recurso relativo às con-tribuições que lhe forem devidas.
- (C) das decisões homologatórias de acordo trabalhista, caberá Recurso Especial.
- (D) o não comparecimento da reclamada em audiência, importa no arquivamento da reclamação.
- (E) ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo aqueles cujo valor não exceda 50 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento.

20. Das decisões interlocutórias, na Justiça do Trabalho,

- (A) cabe Recurso Ordinário, no prazo de 8 dias.
- (B) cabe Recurso Especial, no prazo de 15 dias.
- (C) cabem Embargos Declaratórios, no prazo de 5 dias.
- (D) cabe Agravo de Instrumento, no prazo de 10 dias.
- (E) não cabe recurso.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Determinada associação, regularmente constituída há 2 anos, pretende defender em juízo direito seu de caráter tributário, fundamentado diretamente na lei, lesado por ato omissivo inconstitucional de autoridade administrati-va. Para tanto, o remédio jurídico adequado é

- (A) mandado de segurança.
- (B) mandado de segurança coletivo.
- (C) mandado de injunção.
- (D) ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- (E) ação popular.

22. Em matéria de competência legislativa privativa da União, os Estados

- (A) nunca poderão legislar.
- (B) estão autorizados, diretamente pela Constituição, a legislar sobre questões específicas.
- (C) poderão ser autorizados, por lei complementar, a legislar sobre questões específicas.
- (D) poderão ser autorizados, por lei ordinária, a legislar sobre questões específicas.
- (E) poderão ser autorizados, por ato do Presidente da República, a legislar sobre questões específicas.

23. Um Ministro de Estado, que pratique crime de responsabilidade conexo com crime da mesma natureza praticado pelo Presidente da República, terá a decisão final do julgamento por esse crime proferida

- (A) pela Câmara dos Deputados.
- (B) pelo Congresso Nacional.
- (C) pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) pelo Senado Federal.
- (E) pelo Superior Tribunal de Justiça.

24. Um mandado de segurança contra ato do Procurador-Geral da República será julgado pelo Supremo Tribunal Federal

- (A) originariamente.
- (B) por via de recurso especial.
- (C) por via de recurso extraordinário.
- (D) por via de recurso ordinário.
- (E) por via de recurso de revista.

DIREITO ADMINISTRATIVO

25. A alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem o controle de sociedade e a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados pela União, diretamente, ou através de entidades por ela controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade, configura

- (A) terceirização.
- (B) concurso.
- (C) desestatização.
- (D) contrato de gestão.
- (E) gerenciamento.

26. A cláusula *rebus sic stantibus* nos contratos administrativos consubstancia a aplicação da teoria

- (A) da imprevisão.
- (B) da retenção de lucros cessantes.
- (C) do enriquecimento ilícito.
- (D) dos motivos determinantes.
- (E) do fato do príncipe.

27. No processo judicial de desapropriação, só podem ser discutidas questões relativas

- (A) à finalidade do ato expropriatório.
- (B) à ilegalidade do ato declaratório de utilidade pública.
- (C) aos casos de interesse social.
- (D) ao preço ou a vício processual.
- (E) à competência da autoridade que editou o ato expropriatório.

28. A norma que permite a remoção *ex officio* do servidor público, a critério da Administração, para atender à conveniência do serviço, consubstancia aplicação da

- (A) finalidade.
- (B) formalidade.
- (C) discricionariedade.
- (D) vinculação do ato administrativo.
- (E) publicidade.

29. O mandado de segurança NÃO é cabível

- (A) para atacar a lei de efeito concreto.
- (B) para assegurar a liberdade de locomoção.
- (C) contra ato disciplinar praticado por autoridade incompetente.
- (D) para impugnar qualquer decisão judicial.
- (E) contra omissão de autoridade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

30. Constatada a evasão, omissão ou infração formal a um determinado imposto, cumpre ao fiscal lavrar o auto de infração. Este ato refere-se

- (A) ao poder discricionário do fisco.
- (B) ao lançamento direto ou de ofício.
- (C) à definição do sujeito passivo estabelecida em decreto.
- (D) ao lançamento por homologação ou autolancamento.
- (E) ao lançamento por declaração ou misto.

31. Assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição e a decadência são causas de fato da extinção do crédito tributário.
- (B) É possível a extinção integral do crédito tributário por meio de pagamento parcial.
- (C) A extinção do crédito tributário, por compensação, deve operar-se através de concessões mútuas entre o contribuinte e o fisco.
- (D) O crédito tributário, extinto por decisão administrativa transitada em julgado, e isento de nulidades, prejudica sua contestação, em juízo, pela Fazenda Pública.
- (E) Não tendo sido liquidado no vencimento, o crédito tributário ainda poderá ser quitado, sem acréscimos, trinta dias após.

32. O tributo que custeia o poder de polícia é

- (A) o imposto.
- (B) a contribuição de melhoria.
- (C) a taxa.
- (D) a tarifa.
- (E) o preço público.

33. Sobre a responsabilidade tributária, é certo afirmar que

- (A) o adquirente de um estabelecimento comercial que está em débito de tributos não pode ser responsabilizado pelo seu pagamento.
- (B) o pai de um menor, que oculta receita tributável deste, será responsabilizado subsidiariamente pelo seu pagamento, acrescido apenas dos juros de mora.
- (C) a lavratura de Auto de Infração e Imposição de Multa inibe a possibilidade de denúncia espontânea da infração.
- (D) no nosso sistema tributário, os herdeiros e a viúva meeira são ilimitadamente responsáveis pelo débito do *de cuius*.
- (E) sendo liquidada uma sociedade de pessoas, a obrigação tributária existente deverá ser cumprida pelo seu gerente.

34. Analise as proposições abaixo.

- I. A legislação tributária interna é soberana e só pode ser revogada ou modificada por outra norma jurídica equivalente.
- II. A portaria expedida por um secretário de estado é uma norma tributária complementar.
- III. Somente a lei pode regular a exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários.
- IV. No interesse do Poder Executivo, é legalmente viável que o decreto estabeleça normatividade que altere minimamente o texto de lei tributária.

No texto acima,

- (A) todas as proposições estão corretas.
- (B) apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- (C) apenas as proposições I, II e III estão erradas.
- (D) apenas as proposições III e IV estão erradas.
- (E) apenas as proposições II e III estão corretas.

DIREITO PENAL

35. Equipara(m)-se aos administrados das instituições financeiras, segundo o disposto no artigo 25, da Lei nº 7.492/86

- (A) a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal a captação de recursos financeiros.
- (B) a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade acessória a intermediação de recursos financeiros.
- (C) o interventor e o liquidante ou o síndico.
- (D) a pessoa jurídica de direito público ou privado, que administre consórcio.
- (E) a pessoa física e a pessoa jurídica que captem ou administrem seguros.

36. Aquele que dá causa à instauração de investigação administrativa contra alguém, imputando-lhe crime que o sabe inocente, responde pelo crime de

- (A) denunciação caluniosa.
- (B) auto-acusação falsa.
- (C) fraude processual.
- (D) comunicação falsa de crime ou de contravenção.
- (E) favorecimento real.

37. Se o funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, ele comete o crime de

- (A) corrupção passiva.
- (B) excesso de exação.
- (C) prevaricação.
- (D) concussão.
- (E) peculato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

38. A representação do ofendido, nas ações penais públicas a ela condicionada, poderá ser retratada até

- (A) o término do inquérito policial.
- (B) a publicação da sentença.
- (C) o recebimento da denúncia.
- (D) o interrogatório.
- (E) o oferecimento da denúncia.

39. De acordo com o princípio da fungibilidade dos recursos,

- (A) os efeitos do recurso interposto por um dos co-réus aproveitam os demais co-réus.
- (B) tanto o réu, quanto o seu advogado, se constituído, podem desistir do recurso interposto.
- (C) a parte não poderá ser prejudicada pela interposição de um recurso por outro, salvo no caso de ter agido com má-fé.
- (D) o promotor de justiça pode, em determinadas circunstâncias, interpor recurso em favor do réu.
- (E) admitem-se, em favor do réu, os julgamentos *ultra e extra petita*.

40. O filho do acusado, ao ser arrolado como testemunha,

- (A) será proibido de depor, salvo se desobrigado pela parte interessada e quiser dar o seu testemunho.
- (B) poderá recusar-se a depor, mas se o fizer, não prestará compromisso.
- (C) está proibido de depor.
- (D) não poderá recusar-se a depor, prestando compromisso.
- (E) poderá recusar-se a depor, mas se o fizer, prestará compromisso.

41. No Microsoft PowerPoint, o PowerPoint Viewer

- (A) permite exibir uma apresentação num computador que não tenha o PowerPoint instalado.
- (B) permite visualizar os *slides* como serão apresentados em tela cheia.
- (C) é um recurso para apenas visualizar a transição dos *slides* e seus efeitos de animação.
- (D) é um recurso para visualizar uma apresentação em modo miniatura, antes de abrir um arquivo de extensão “.ppt”.
- (E) é um recurso que deve ser instalado para permitir a visualização de vídeos (arquivos de extensão “.avi”).

42. Sobre o Microsoft PowerPoint, considere as seguintes afirmações:

- I. São modos de exibição do conteúdo de uma apresentação: estrutura de tópicos; apresentação de *slides*; classificação de *slides*; *slides*.
- II. É possível predefinir intervalos de tempo para cada *slide* e registrar os intervalos de tempo num ensaio de apresentação.
- III. Para transportar uma apresentação de *slides* para um outro computador, pode-se usar o “Assistente para viagem” para compactar a apresentação.
- IV. Todos os *slides* de uma apresentação seguem sempre um modelo definido pelo “*slide* mestre”.
- V. Uma apresentação pode ser impressa nos formatos de *slides*, folhetos, anotações e estruturas de tópicos.

São verdadeiras apenas as afirmações

- (A) I e II.
- (B) I, II e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II, III e V.

43. Leia as afirmações a seguir, sobre o Microsoft Word 2000.

- I. O verificador ortográfico sinaliza erros, sem sugestões de gramática e reescritura para a língua portuguesa.
- II. Enquanto um texto é digitado, ele pode ser verificado do ponto de vista ortográfico e gramatical, sendo marcados os possíveis erros com sublinhados ondulados.
- III. O recurso AutoCorreção permite a correção de erros ortográficos e gramaticais com a necessidade de confirmação a cada correção.
- IV. Pode-se verificar a ortografia e gramática do texto em outro idioma, sendo este detectado automaticamente e para ele são ativadas as ferramentas de ortografia e gramática corretas.

Estão corretas apenas as afirmações

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

44. Sobre os cabeçalhos e rodapés no Microsoft Word 2000, considere as seguintes afirmações:

- I. Eles aparecem apenas no modo de exibição de *layout* de impressão e em documentos impressos.
- II. Eles são exibidos quando um documento é salvo como uma página da Web.
- III. Pode-se utilizar cabeçalhos e rodapés diferentes em páginas ímpares e pares ou em uma parte de um documento.
- IV. Eles podem incluir texto ou elementos gráficos, mas não permitem a inclusão de tabelas.

São verdadeiras as afirmações

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

45. A figura abaixo apresenta itens de uma área de trabalho do Windows:



Cada um dos quatro itens é denominado, respectivamente, de

- (A) pasta, diretório, aplicação e arquivo.
- (B) diretório, atalho para arquivo, aplicação e arquivo.
- (C) pasta, atalho para pasta, arquivo e atalho para aplicação.
- (D) diretório, aplicação, atalho para arquivo e atalho para pasta.
- (E) pasta, atalho para pasta, arquivo e atalho para arquivo.

46. Em relação à Lixeira da Área de Trabalho do sistema operacional *Windows*, pode-se afirmar que

- (A) contém arquivos excluídos de discos rígidos e flexíveis que podem ser recuperados.
- (B) armazena pastas e arquivos excluídos dos discos rígidos.
- (C) é esvaziada automaticamente quando o computador é desligado.
- (D) é esvaziada automaticamente quando a sua capacidade de armazenamento se esgota.
- (E) contém pastas excluídas de discos rígidos que não podem ser restauradas.

47. Quando se seleciona uma coluna de uma planilha Excel e se executa sua ordenação, são ordenados

- (A) apenas os valores não numéricos da coluna selecionada, sem alteração das demais colunas.
- (B) todos os valores numéricos presentes em todas as colunas da planilha.
- (C) apenas os valores da coluna selecionada, sejam ou não numéricos, sem alteração das demais colunas.
- (D) apenas os valores numéricos da coluna selecionada, sem alteração das demais colunas.
- (E) os valores presentes em todas as colunas da planilha, sejam ou não numéricos.

48. O comando utilizado quando se têm planilhas muito grandes no Excel e se deseja manter algumas linhas ou colunas sempre visíveis, quando há o deslocamento para qualquer parte da planilha, é

- (A) Janela – Congelar Painéis.
- (B) Ferramentas – Proteger.
- (C) Inserir – Quebra de Página.
- (D) Dados – Classificar.
- (E) Exibir – Cabeçalho e Rodapé.

49. No uso de um correio eletrônico, os termos em inglês utilizados para as seguintes quatro ações:

1. responder a uma mensagem recebida;
2. encaminhar uma mensagem recebida a outra(s) pessoa(s);
3. anexar um arquivo à mensagem;
4. enviar uma nova mensagem,

são, respectivamente,

- (A) *forward*, *attach*, *reply* e *send*.
- (B) *forward*, *reply*, *attach* e *send*.
- (C) *forward*, *reply*, *send* e *attach*.
- (D) *reply*, *forward*, *attach* e *send*.
- (E) *reply*, *forward*, *send* e *attach*.

50. O lado cliente do serviço WWW (World Wide Web) é o programa denominado *browser*. São exemplos de *browsers*:

- (A) Apache e Internet Explorer.
- (B) Apache e Netscape Navigator.
- (C) BBS e Internet Explorer.
- (D) BBS e Netscape Navigator.
- (E) Internet Explorer e Netscape Navigator.

Leia o texto e responda as questões de números **51 a 60**.

IFC may give Brazil more

The World Bank arm could step up loans by “neutralizing” foreign exchange risk

The International Finance Corporation (IFC), an arm of the World Bank which finances projects in the private sector, may soon step up loans to Brazil. “I am happy because the IFC has some hundreds of thousands of dollars available [for Brazil],” Bernard Pasquier, IFC’s soon-to-be director for Latin America and Caribbean, told *Gazeta Mercantil* in an interview. “Brazil will now need the IFC more than it did in the last two years,” he added. Pasquier is due to take office in September.

More financing to Brazil, IFC’s second biggest beneficiary after Argentina, will be made possible after the international organ develops financial products to neutralize foreign exchange risk.

The IFC has outstanding loans to Brazil of some \$1.217 billion by June 2000, or an amount that had reached IFC’s limit for Brazil exposure. In the last fiscal year which ended in June, IFC took part in ten smaller-scale projects worth a total \$182.7 million.

The IFC acknowledges that a slower US economy and reduced liquidity in international markets are the main factors putting the brakes on investments in developing countries. However, Pasquier says the IFC could step up financing in times like this. “The IFC is known to react the opposite way normal investors do,” he said. “When most people leave the market, that’s when our appetite grows. Brazil will continue to be one of our priorities.” He added that IFC loans were longer in term compared to those by private banks, and for that reason, “difficult times could be good for the IFC.”

Source: IFC

Loans to Brazil	
(of a total \$1.217 b by June 2000)	
Sector	(in %)
Food and Agribusiness	20
Infrastructure	14
Chemical and Petrochemical products	14
Industry	9
Wood, paper and pulp	7
Services	6
Vehicles and autoparts	6
Mining	6
Cement and construction material	6
Others	12

(GAZETA MERCANTIL International Weekly Edition Sept. 3 to 9, 2001)

51. The International Finance Corporation

- (A) is located in Latin America and Caribbean.
- (B) works exclusively with Argentina and Brazil.
- (C) controls the World Bank activities.
- (D) finances projects in the private sector.
- (E) will step up foreign currency loans to private banks.

52. Bernard Pasquier

- (A) directs the World Bank.
- (B) will be IFC’s CFO (Chief Financial Officer).
- (C) will take office in Brazil and Argentina next September.
- (D) is happy to live in Brazil.
- (E) is the future IFC’s director for Latin America and Caribbean.

53. IFC’s first beneficiary is

- (A) Brazil.
- (B) Argentina.
- (C) Caribbean.
- (D) USA.
- (E) Latin America.

54. Read the following passage from the paragraph 4 in the text: “When most people leave the market, that’s when our appetite grows. Brazil will continue to be one of our priorities.” The word “our” refers to

- (A) IFC.
- (B) Pasquier.
- (C) priorities.
- (D) Brazil.
- (E) appetite.

55. By June 2000 IFC’s loans to Brazil

- (A) had a total of \$182.7 million.
- (B) concentrated in private banking.
- (C) had an unpaid total of \$1.217 billion.
- (D) had already neutralized foreign exchange risk.
- (E) were less competitive than in private banks.

56. The IFC

- (A) has already diminished foreign exchange risk.
- (B) has longer loan terms than the private banks.
- (C) confirms that reduced liquidity is good for developing countries.
- (D) usually reacts according to their normal investors.
- (E) needs Brazil more now than two years ago.

57. According to the Chart “Loans to Brazil”, choose the correct assertion.

- (A) Food and agribusiness got the least.
- (B) Chemical and petrochemical products got less than the mining sector.
- (C) Cement and construction material got the same as vehicles and autoparts.
- (D) Infrastructure got twice as much as the chemical and petrochemical sector.
- (E) Wood, paper and pulp got half the amount food and agribusiness did.

58. “IFC may soon step up loans in Brazil” means that IFC

- (A) can increase loans in Brazil.
- (B) reduced investments in Brazil.
- (C) surely will give advancement to Brazil.
- (D) will keep the loans in Brazil at the same level.
- (E) will keep track of the loans in Brazil.

59. The word “However” in “However, Pasquier says the IFC could step up financing in times like this” (paragraph 4) can, without changing its meaning, be substituted for

- (A) Therefore.
- (B) Because.
- (C) For example.
- (D) Moreover.
- (E) In spite of this.

60. According to the text, one of the two main factors that diminished investments in developing countries is

- (A) the foreign exchange risk.
- (B) the limit for Brazilian exposure.
- (C) that most people are leaving the market.
- (D) the reduced liquidity in international markets.
- (E) that private banks ceased investments.

ESPAÑOL

Lea atentamente el texto a continuación y conteste de la pregunta 51 hasta la 54.

EL LÍO DE LAS TASAS

Revive el debate por el costo de los créditos que otorgan las entidades financieras. ¿Qué hay en el fondo de este nuevo ‘round’ entre banqueros y gobierno?

Hace dos semanas el ministro de Desarrollo, Eduardo Pizano, llamó la atención del país sobre un hecho aritmético muy sencillo pero de grandes implicaciones económicas y políticas. Quien se acerca a un banco a solicitar, por ejemplo, un crédito de consumo, debe pagar una tasa cercana al 33 por ciento. Ese mismo banco, sin embargo, a la hora de remunerar los depósitos de los ahorradores apenas reconoce una tasa que se acerca al 12 por ciento. La diferencia, 21 puntos, es lo que se conoce como el margen de intermediación financiera, que no es otra cosa que la remuneración que reciben los bancos por los servicios que prestan.

Aunque podría considerarse un tecnicismo financiero reservado para las discusiones de los entendidos, el margen de intermediación se ha convertido en objeto de una acalorada discusión pública en el país. La queja de muchos usuarios y de algunos miembros del gobierno es que los bancos están cobrando unas tasas excesivamente altas por los créditos que otorgan. Algo que, en opinión de los críticos de los bancos, en nada contribuye al propósito de reactivar la economía, pues es bien sabido que una condición indispensable para que ésta despegue es que el crédito vuelva a fluir a las empresas y los hogares.

(Adaptado de *Revista Nación*, Colombia, septiembre de 2001.)

51. En cuanto al tipo de préstamo mencionado en el texto, su tasa es

- (A) superior al 33%.
- (B) inferior al 33%.
- (C) exactamente de 33%.
- (D) de aproximadamente 33%.
- (E) del 12% al 33%.

52. La remuneración de los depósitos citada en el texto se refiere a

- (A) cuentas de ahorro.
- (B) cuentas corrientes.
- (C) acciones del banco.
- (D) fondos de inversión.
- (E) cualquier inversión.

53. Según la opinión de los críticos de los bancos,

- (A) los bancos colombianos están cobrando tasas muy altas.
- (B) las alzas en las tasas de los créditos perjudican la reactivación de la economía.
- (C) las altas tasas contribuyen para la inflación de la economía.
- (D) las tarifas en los préstamos concedidos son excesivas.
- (E) con la disminución de las tarifas bancarias habrá más préstamos.

54. Las expresiones “sencillo”, “se ha convertido” y “despegue” podrían sustituirse, según el sentido del texto y respectivamente, por:

- (A) complicado - se ha transformado - crezca
- (B) difícil - se ha fijado - evolucione
- (C) simple - se ha transformado - evolucione
- (D) simple - se ha vuelto - disminuya
- (E) complicado - se ha fijado - disminuya

Lea el texto a continuación y conteste a las preguntas 55 y 56.

Córdoba: De la Sota juró la nueva Constitución

El gobernador de Córdoba, José Manuel de la Sota, juró ayer la nueva Constitución provincial y se insinuó como presidenciable para el 2003. La reforma redujo a la mitad la cantidad de legisladores; además, achicó el gasto político legislativo y consolidó la hegemonía institucional del oficialismo. Otra vez, no hubo representantes de la oposición en la sesión. Entre los invitados estuvo el senador menemista Eduardo Bauzá. Luego, De la Sota encabezó un acto con la presencia de unas 2.000 personas.

(Extraído de *Diario Clarín*, Argentina, septiembre de 2001.)

55. La reforma en el sistema administrativo de la provincia argentina de Córdoba, con la toma de posesión del Sr. De la Sota,

- (A) ha consolidado la hegemonía institucional del oficialismo a pesar del aumento del gasto con el legislativo.
- (B) ha reducido a la mitad el número de legisladores, aunque haya aumentado el gasto político.
- (C) ha consolidado la hegemonía institucional del oficialismo aun con la reducción de los legisladores.
- (D) ha reducido a la mitad el número de legisladores, además de haber disminuido el gasto legislativo.

(E) ha disminuido a la mitad el número de legisladores y encima ha conseguido mantener el mismo gasto político.

56. La forma del verbo “haber” (hubo) que aparece en el texto, podría sustituirse, en el caso de que el verbo fuera el “estar”, por

- (A) estuvo
- (B) estuvieron
- (C) ha estado
- (D) estuve
- (E) estuvimos

Reubicación rápida en Nueva York

"En los próximos días, todo el mundo podrá tener ya su nueva ubicación", dijo Raymond O'Keefe, director de Grubb & Ellis. En este momento, los únicos escollos que todavía quedan para que una empresa empiece a operar en una nueva ubicación son las comunicaciones y las funciones informatizadas, explicó O'Keefe. Además de las torres gemelas, los edificios destruidos son 4, 5, 6 y 7 World Trade Center. One Liberty Plaza sufrió un derrumbe parcial. Entre los edificios con daños se cuentan tres del World Financial Center, 1 Bankers Trust Plaza, 140 West St., 90 Church St. y 195 Broadway.

(Adaptado de *Diario Clarín*, Argentina, septiembre de 2001.)

57. Con respecto al texto Reubicación rápida, el director de la empresa Grubb & Ellis dice que en los próximos días, las empresas

- (A) tendrán nuevas perspectivas para un futuro cercano.
- (B) van a tener que reorganizarse y revisar sus objetivos.
- (C) tendrán nuevas metas profesionales que alcanzar.
- (D) podrán presentar nuevas funciones informatizadas.
- (E) podrán tener nuevas direcciones para operar.

58. Basándose en el texto Reubicación rápida, las palabras “escollo”, “todavía” y “quedan” significan, respectivamente:

- (A) dificultad – aún – permanecen
- (B) escombros – aun – hay
- (C) desecho – encima – permanecen
- (D) obstáculo – encima – hay
- (E) escombros – aún – hay

Lea atentamente el texto a continuación y conteste a las preguntas 59 y 60.

“Camino a casa” aborda la relación del país nórdico con la Alemania nazi

El islandés Ólafur Ólafsson acaba de publicar en España *“Camino a casa”* (RBA), una novela traducida ya a varios idiomas que narra el viaje de regreso de una mujer, Dís, a Islandia tras pasar muchos años en Inglaterra. El libro, del que la productora norteamericana Palomar Pictures ha comprado los derechos para el cine, es una excelente ocasión para acercarse a una literatura poco conocida en nuestro país. En la novela, Ólafsson aborda el escabroso asunto de las relaciones de Islandia con la Alemania nazi. En *“Camino a casa”*, explica Ólafsson, “Dís cierra el ciclo entre pasado y presente y recupera la paz. Al principio del libro dice que ha planeado este viaje muchas veces y que siempre lo ha aplazado; esta vez, no. En este sentido, la novela relata un viaje heroico en el que una mujer se enfrenta a su pasado”. Uno de los temas de la novela, las relaciones de Islandia con la Alemania nazi, suele pasarse por alto en su país. “A veces olvidamos que en Islandia hubo gente que simpatizó con los nazis. Desde Alemania se contemplaba a Islandia con una luz romántica, como un lugar de puros arios. Cuando, durante la II Guerra Mundial, las tropas británicas se instalaron allí, parece que se adelantaron por unas semanas a los planes alemanes. Islandia no fue independiente hasta 1944, y hasta entonces dependía de Dinamarca, que ya estaba ocupada por Alemania”.

(Adaptado de *El País*, España, septiembre de 2001.)

59. “Camino a Casa”, según las declaraciones de su autor, es

- (A) una obra cuya protagonista es una mujer que solía aplazar el regreso a su tierra.
- (B) una telenovela islandesa ya doblada en varios idiomas.
- (C) un libro que cuenta la historia de Dís y su vuelta a Inglaterra.
- (D) una película cuyos derechos fueron comprados por una productora estadounidense.
- (E) una obra que habla del apoyo islandés a la Alemania nazista.

60. El principal tema abordado en “Camino a Casa” es

- (A) el refugio de alemanes en lugares altos de Islandia.
- (B) la independencia de Islandia, en el año de 1944.
- (C) las relaciones germanoislandesas en la época del nazismo.
- (D) la ocupación alemana en países como Dinamarca.
- (E) la instalación de tropas británicas en Islandia.

DISCURSIVAS

DIREITO CIVIL

1. X tomou por empréstimo de Y uma quantia em dinheiro, para ser paga no prazo de 60 (sessenta) dias, porém não dispuseram acerca do local do pagamento. Indique onde Y deverá efetuar o pagamento, esclarecendo se se trata de dívida “querable” ou “portable”.

DIREITO COMERCIAL

2. Celebra-se, entre um Banco e uma sociedade comercial, um contrato de mútuo. Assina pela sociedade seu representante legal, o sócio detentor de 95% das cotas sociais. Assina, na condição de avalista, o sócio minoritário, detentor de 5% das cotas sociais. Acessoriamente, a sociedade aliena, fiduciariamente, uma máquina que compreende seu ativo. O sócio minoritário assina o contrato, na condição de depositário. Discorra a respeito das providências judiciais, cabíveis no caso de inadimplemento do contrato de mútuo; a respeito da formação da relação processual e a respeito da cumulação de garantias do sócio minoritário (avalista e depositário).

DIREITO ADMINISTRATIVO

3. Realizada licitação, vem a mesma a ser declarada fracassada pela Administração Pública. Essa declaração acarreta a necessidade de revogação do certame? Esclareça o candidato o que é uma licitação fracassada, fundamentando a resposta, e se há ou não necessidade de revogá-la, justificando. A resposta deve ser objetiva e juridicamente fundamentada.

DIREITO TRIBUTÁRIO

4. Consumado um negócio sujeito a imposto, com menor impúbere, foi posteriormente declarado nulo. Responda, justificando:

- a) Considerando-se que a nulidade desfez o negócio, houve fato gerador do imposto?
- b) Em caso negativo, em que categoria tributária deve ser colocado o negócio anulado (incidência, imunidade, não-incidência, isenção ou alíquota zero)?
- c) Em caso positivo, a obrigação tributária pode ser exigida pelo fisco?
- d) Estando pago o imposto antes de o negócio ter sido declarado nulo, cabe ação de repetição de indébito?

DIREITO PROCESSUAL PENAL

5. O administrador de uma determinada instituição financeira efetua operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País, causando um prejuízo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- a) No caso de a hipótese mencionada tratar-se de crime, a quem compete promover a devida ação penal e perante qual justiça?
 - b) Sendo o mencionado administrador primário, de bons antecedentes e possuindo residência fixa, poderá ser decretada a sua prisão preventiva? Fundamente.
 - c) Se for decretada a prisão preventiva deste administrador, poderá ele prestar fiança? No caso de ser condenado, poderá apelar em liberdade? Fundamente.